

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAELLA DE SOUZA RIBEIRO

**O AUXÍLIO DIRETO E A NECESSIDADE DE EFICIÊNCIA NOS CASOS DE COOPERAÇÃO
JURÍDICA INTERNACIONAL**

CURITIBA 2016

RAFAELLA DE SOUZA RIBEIRO

**O AUXÍLIO DIRETO E A NECESSIDADE DE EFICIÊNCIA NOS CASOS DE COOPERAÇÃO
JURÍDICA INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Fernando Moro

CURITIBA 2016

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAELLA DE SOUZA RIBEIRO

O AUXÍLIO DIRETO E A NECESSIDADE DE EFICIÊNCIA NOS CASOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Professor Orientador: _____

Professor Doutor Sérgio Fernando Moro
Departamento de Direito Processual Penal, UFPR

Professor João Gualberto Garcez Ramos
Departamento de Direito Processual Penal, UFPR

Professor Rui Carlo Dissenha
Núcleo de Prática Jurídica, UFPR

Curitiba, 30 de novembro de 2016.

A Deus e aos meus pais, por não me deixarem abater nos momentos difíceis, por ampararem minhas quedas e minimizarem meus temores e sofrimentos.

RESUMO

O presente trabalho refere-se à cooperação jurídica internacional em matéria penal. A cooperação jurídica internacional tornou-se um instrumento essencial na sociedade contemporânea, haja vista que a atividade delituosa passou a ocorrer a nível global. Desse modo, faz-se necessário que os Estados busquem meios para atuação conjunta, a fim de facilitar os atos de investigação e persecução criminal. Em sua origem, a cooperação era efetivada de modo restrito, servindo apenas aos processos de extradição, homologação de sentença estrangeira e aos pedidos requeridos através das cartas rogatórias, os quais demandavam passagem obrigatória pelo judiciário. Hoje, mais extensa e ampla, a cooperação desenvolve-se para além das esferas de atuação do poder jurisdicional, efetivando-se através de atividades dos órgãos do poder executivo. Para isso, são firmados uma infinidade de tratados e acordos (bilaterais e multilaterais) entre as nações que pretendem frear ou, ao menos, diminuir o cometimento de ilícitos. O auxílio direto revela-se, então, como a grande saída para sanar a morosidade dos métodos tradicionais de cooperação, desenvolvendo-se com mais rapidez, o que leva a maior eficiência no combate a atividade criminosa internacional.

Palavras chaves: Cooperação jurídica internacional. Matéria penal. Carta rogatória. Auxílio direto. Tratados e acordos internacionais.

ABSTRACT

This study refers to the international legal cooperation procedure in criminal matters. Considering that the practice of criminal activity began to occur globally, international legal cooperation procedure has become an essential instrument in contemporary society. Thus, it was/is necessary for States to seek means for joint action in order to facilitate acts of criminal investigation and criminal prosecution. At the beginning, cooperation procedure was practiced restrictively, being used only on extradition procedures, ratification of international sentences and letter rogatory requests, which demanded compulsory judiciary review. Nowadays, in a more extensively and broadly way, cooperation procedure is practiced beyond the standard areas of activity the judiciary, being also practiced by the bodies of the executive power. For this, there were signed many treaties and agreements (bilateral and multilateral) among the nations that claim to stop or at least reduce the practice of crimes. Direct aid, then, proves itself to be the solution to put an end to the protraction caused by the traditional methods of cooperation procedure, being practiced in a more prompt way, leading to increased efficiency in fighting international criminal activity.

Key words: International legal cooperation procedure. Criminal matters. Letter rogatory. Direct aid. International treaties and agreements.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL	9
2.1. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA.....	12
2.2. AS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE COOPERAÇÃO JURÍDICA EM MATÉRIA PENAL	16
3. OS PRINCÍPIOS E LIMITES QUE REGEM A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL.....	20
4. OS SISTEMAS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	25
4.1. O AUXÍLIO DIRETO.....	30
5. AS DECISÕES ENVOLVENDO COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

“Grandes descobertas e progressos invariavelmente envolvem a cooperação de várias mentes.”

Alexander Graham Bell

As distâncias diminuíram e o mundo tornou-se pequeno. Dessa maneira, torna-se indispensável a atuação conjunta dos países para, ao menos, tentar inibir a atividade criminosa. O presente trabalho tem como tema principal a cooperação jurídica internacional em matéria penal, com enfoque no auxílio direto.

Para isso, primeiramente, foi exposto o aspecto histórico e o porquê da necessidade de cooperar.

Logo após, serão apresentadas as fontes normativas na legislação pátria que dispõem acerca da cooperação jurídica, que, ainda que discreta, possui grande importância, uma vez que exprime a preocupação com referido tema. Superados os diplomas internos, demonstrou-se a construção internacional de tratados e acordos, nos quais as nações, de comum acordo, estabelecem um padrão mínimo para gerir as relações internacionais.

O terceiro capítulo dedica-se aos princípios que norteiam a cooperação jurídica internacional e que são de observância obrigatória entre os países que utilizam esse instituto. Ressalta-se a importância do respeito às garantias e direitos individuais sob a égide da concepção contemporânea de direitos humanos, a qual rechaça qualquer modo de violência e discriminação. Assim, os pedidos de cooperação podem ser negados caso haja iminência de violação desses direitos dos acusados.

No quarto capítulo são apresentadas as formas de cooperação jurídica internacional em matéria penal. De um lado, há os métodos tradicionais de cooperação, que serviam apenas à extradição de pessoas, homologações de sentenças estrangeiras e atos solicitados através de carta rogatória, os quais dependiam da chancela do poder judiciário. De outro, é apresentado o auxílio direto, cuja eficiência tem sido maior em relação aos pedidos tradicionais por utilizarem outros órgãos para seu cumprimento.

Por fim, tenta-se analisar o entendimento dos tribunais superiores a respeito do tema em decisões que envolveram pedidos de cooperação em sua concepção clássica, bem como no auxílio direto.

Diante de todo o exposto, o presente trabalho pretende apresentar um panorama geral da cooperação jurídica internacional, com enfoque no desenvolvimento e maior eficácia dos pedidos realizados via auxílio direto, dado sua crescente utilização nos últimos anos.

2. A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

A contemporaneidade fez com que nossas vidas se tornassem mais simples. O rápido desenvolvimento e avanço de novas tecnologias facilitaram a comunicação, fazendo-nos estar perto daquilo que estava longe. Tornamo-nos, então, membros de uma mesma aldeia global.¹

As relações internacionais aumentaram expressivamente após a segunda guerra mundial², construindo canais de comunicações jamais vistos anteriormente.

Entretanto, essas facilidades também possuem seu contratempo: o aumento da criminalidade em escala mundial. Agora, ficou muito mais eficaz a ocultação de produtos de crimes, uma vez que a rede mundial de computadores permite que o criminoso não fique adstrito às fronteiras físicas de um país.

Nesse sentido, explica Rafael Franzini que

A interligação da economia mundial fez que o crime organizado globalizasse suas atividades, tornando-se organização quase apátrida, na medida em que não respeita as fronteiras de cada país e apresenta características semelhantes em várias nações, detém imenso poder com base em estratégia global, tem grande força de expansão e possui meios instrumentais de moderna tecnologia.³

¹ Esse conceito foi criado pelo sociólogo canadense Marshall McLuhan, quer dizer que o progresso tecnológico estava reduzindo todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia. Marshall McLuhan foi o primeiro filósofo das transformações sociais provocadas pela revolução tecnológica do computador e das telecomunicações. Como paradigma da aldeia global, ele elegeu a televisão, um meio de comunicação de massa em nível internacional, que começava a ser integrado via satélite. Esqueceu, no entanto, que as formas de comunicação da aldeia são essencialmente bidirecionais e entre dois indivíduos. Somente agora, com o celular e a internet é que o conceito começa a se concretizar. O princípio que preside a este conceito é o de um mundo interligado, com estreitas relações econômicas, políticas e sociais, fruto da evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação (vulgo TIC), particularmente da World Wide Web, diminuidoras das distâncias e das incompreensões entre as pessoas e promotor da emergência de uma consciência global interplanetária, pelo menos em teoria.

² Nesse sentido, Felipe Matias entende que as relações internacionais intensificaram-se por conta de dois fatores: “o primeiro relaciona-se com a consciência dos Estados quanto ao fato de que não são auto-suficientes, de que o isolamento representa um retrocesso e de que o crescimento está vinculado à cooperação. O segundo fator é a coexistência de múltiplos Estados independentes.” MATIAS, Eduardo Felipe. **A humanidade e suas fronteiras – do Estado soberano à sociedade global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Pág.206.

³ FRANZINI, Rafael. **Cooperação Jurídica Internacional e Estado de Direito: uma agenda para a PGR e o UNODC** in Brasil. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. Temas de cooperação internacional / Secretaria de Cooperação Internacional. – Brasília: MPF, 2015. Pág. 105.

De igual modo, Nadia Araújo considera que

O mundo como aldeia global tem cada dia mais interações instantâneas e internacionais. Toda essa comunicação gera relações de ordem pessoal, institucional e comercial que não levam em consideração as fronteiras nacionais. A acentuada internacionalização da vida diária contém muitas conseqüências para a vida jurídica, de ordem positiva e negativa. Na primeira, destacam-se as questões ligadas à pessoa humana, ao direito de família e ao aumento das transações internacionais, tanto entre comerciantes como com os consumidores. Na segunda, desponta o aumento da litigiosidade com características internacionais, ligadas às esferas cível e penal.⁴

Pode-se dizer que o crime organizado transnacional e o crime de lavagem de dinheiro foram os grandes beneficiados com as facilidades tecnológicas da atualidade. Neste seguimento, Marcello Miller faz a seguinte exposição

O tráfico de entorpecentes passou a se estruturar em redes internacionais; o lenocínio passou a tirar proveito das diferenças de preços nos mercados de prostituição e formou densos fluxos de tráfico de exercentes da atividade; o enrijecimento dos controles imigratórios nos países desenvolvidos fez surgir o tráfico de trabalhadores, que conferiu, por sua vez, nova dimensão aos crimes de falsidade moral e ideológica e de corrupção; o contrabando e o descaminho se profissionalizaram e passaram a se articular com a indústria da contrafação, em autênticas redes de fornecimento e distribuição (e.g. bebidas alcoólicas, produtos de tabaco, programas de computador, fonogramas); o tráfico de armas deixou de processar-se à sombra estatal e passou a municiar organizações criminosas ou terroristas, que cada vez mais passaram a contar com autênticas forças privadas de segurança; a lavagem de ativos floresceu no bojo dos meios técnicos e dos arranjos institucionais de aproximação dos sistemas financeiros nacionais; a Internet tornou-se plataforma para novos e estruturados modos de execução de tipos penais já existentes, como o furto, o estelionato, a extorsão, os crimes contra a honra e contra os bons costumes.⁵

Apresentado o problema, é necessário buscar uma solução para o mesmo: a cooperação jurídica internacional em matéria penal.

⁴ ARAÚJO, Nadia de. **Importância da Cooperação Jurídica Internacional e seu Desenvolvimento** *In* **Cooperação Jurídica Internacional no Superior Tribunal de Justiça – Comentários à Resolução nº 9/2005**; Coordenação de Nadia de Araújo. Rio de Janeiro, Renovar, 2010. Pág. 1.

⁵ MILLER, Marcello Paranhos de Oliveira. **O auxílio direto em matéria penal: a moldura jurídica de uma nova vertente da cooperação internacional**. Dissertação de Mestrado em Direito Internacional e Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Professora Carmen Tiburcio. Rio de Janeiro: UERJ, 2008, p. 21.

O instituto é definido por Denise Neves Abade como o

conjunto de medidas e mecanismos pelos quais órgãos competentes dos Estados solicitam e prestam auxílio recíproco para realizar, em seu território, atos pré-processuais ou processuais que interessem à jurisdição estrangeira.⁶

Fábio Bechara entende que

a cooperação jurídica internacional pode ser definida como o conjunto de atos que regulamenta o relacionamento entre dois Estados ou mais, ou ainda entre Estados e Tribunais Internacionais, tendo em vista a necessidade gerada a partir das limitações territoriais de soberania.⁷

Este trabalho versará principalmente sobre a concepção mais ampla de cooperação, a qual considera que ela pode (e deve) desenvolver-se além da esfera jurisdicional, ou seja, órgãos administrativos também possuem o dever de cooperar. Como expõe Ricardo Perlingeiro Mendes,

a efetividade da jurisdição, nacional ou estrangeira, pode depender do intercâmbio não apenas entre órgãos judiciais, mas também entre órgãos administrativos ou, ainda, entre órgãos judiciais e administrativos, de estados distintos.⁸

Desse modo, a cooperação jurídica internacional em matéria penal tenta criar um sistema para que os Estados atuem conjuntamente na prevenção e repressão de crimes.

A recusa em cooperar nesse sentido, faz com que o país não cooperante torne-se um refúgio para delinquentes⁹, dado que a não cooperação acaba criando um manto de impunidade sobre os países que não auxiliam a comunidade internacional na repressão e investigação de crimes transnacionais.

⁶ ABADE, Denise Neves. **Análise da Coexistência entre Carta Rogatória e Auxílio Direto na Assistência Jurídica Internacional**. In Brasil. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. Temas de cooperação internacional / Secretaria de Cooperação Internacional – Brasília: MPF, 2015. Pág. 7.

⁷ BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal. Eficácia da prova produzida no exterior**. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 42.

⁸ SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. **Cooperação Jurídica Internacional e Auxílio Direto**. In: Revista CEJ. Brasília, n. 32. Pág. 75-79. jan. a mar., 2006.

⁹ MORO **Crime de lavagem de dinheiro**. [São Paulo]: Saraiva, 2010. Pág. 192.

Portanto, a cooperação deve ser a chave para a resolução de conflitos que, com a globalização, passaram a ocorrer em dois ou mais países. Se de um lado, a atividade criminosa tornou-se mais fácil, de outro, os Estados devem unir-se em busca de soluções que, pelo menos, tentem frear o cometimento de ilícitos.

2.1. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA

A positivação de normas acerca da cooperação jurídica internacional no âmbito penal mostra-se discreta em nosso país ante a ausência de uma lei específica sobre o tema, porém, é de extrema importância ressaltar o que se encontra positivado na legislação vigente, ainda que de modo pulverizado.

De início, podemos destacar que o princípio da cooperação está consagrado constitucionalmente no art. 4º, IX da Constituição Federal de 1988¹⁰. Esse princípio demonstra que, a despeito de cada Estado ser soberano, a cooperação jurídica é mister para que a humanidade avance, é necessário que os Estados cooperem partindo-se de um mesmo sistema de direitos e deveres.

A extradição¹¹ foi um dos primeiros instrumentos utilizados na cooperação jurídica internacional em matéria penal, consistindo no procedimento em que se pede a outro Estado a entrega de um indivíduo, para que seja processado e julgado por crime que tenha cometido¹² no país requerente.

¹⁰ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

¹¹ Francisco Rezek conceitua a extradição como a entrega, por um Estado a outro, e a pedido deste, de pessoa que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena. Cuida-se de uma relação executiva, com envolvimento judiciário de ambos os lados: o governo requerente da extradição só toma essa iniciativa em razão da existência do processo penal – findo ou em curso – ante sua Justiça; e o governo do Estado requerido (...) não goza, em geral, de uma prerrogativa de decidir sobre o atendimento do pedido senão depois de um pronunciamento da Justiça local. *In* REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 10. ed ver. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2005.

¹² Definição retirada do Glossário Jurídico do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=E&id=152>>. Acesso em: 05/10/2016.

A competência para o processamento e julgamento do pedido de extradição é do Supremo Tribunal Federal (STF), de acordo com o art. 102, I, alínea *g* da Constituição Federal de 1988¹³.

Antes de adentrar em outras previsões legais, é necessário fazer uma breve introdução acerca de dois instrumentos que serão tratados mais adiante, quais sejam a carta rogatória e a homologação de sentença estrangeira, os quais são os principais mecanismos para efetivação da cooperação jurídica internacional no âmbito do poder judiciário.

As cartas rogatórias¹⁴ são instrumentos de comunicação entre Estados distintos, nos quais se solicitam o cumprimento de atos de competência do poder judiciário. Nádia Araújo elucida que as cartas rogatórias

destinam-se ao cumprimento de diversos atos, como a citação, notificação e a cientificação, denominados ordinatórios ou de mero trâmite; de coleta de prova, chamados instrutórios; e ainda os que contêm medidas de caráter restritivo, chamados executórios.¹⁵

Luiz Fux, quando ainda Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento da CR Nº 438 - BE (2005/0015196-0), definiu o instrumento como

um meio de cooperação judicial entre Nações, fundamentada no Direito Internacional, representando instrumento de intercâmbio internacional para o cumprimento extraterritorial de medidas processuais provenientes de outra Nação. Lastreia-se, outrossim, no princípio da reciprocidade, denominado pela doutrina de "Teoria da Cortesia Internacional".¹⁶

Já a homologação de sentença estrangeira consiste na execução de atos determinados através de uma decisão de outro país transitada em julgado.

¹³ Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente; (...) g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

¹⁴ Pontes de Miranda as define como "o ato de solicitação do juiz de um Estado à justiça de outro, para que tenha efeitos no território estrangeiro algum ato seu, ou que algum ato se pratique, como parte da sequência de atos que é o processo. A citação, por exemplo, faz-se no Estado estrangeiro, mediante acolhida legislativa ou judicial do Estado estrangeiro; mas para figurar no processo como ato do juiz do Estado que rogou fosse feita". MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado das Ações, Tomo III — Ações Constitutivas**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1972. Pág.183.

¹⁵ ARAUJO, Nádia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Pág.38.

¹⁶ STJ, CR nº 438, Relator: Ministro Luiz Fux, Publicada no DJe de 24/09/2007.

Realizada a análise de admissibilidade dos requisitos formais¹⁷, essa decisão passa a ter eficácia no país ao qual foi solicitada a homologação, com o consequente cumprimento do dispositivo.

Nesse caso, verifica-se que apesar de incumbir à autoridade brasileira o impulso para os atos executórios, ela não participou da análise do mérito¹⁸ da questão.

Explicado isso, é obrigatória a verificação do órgão competente para as referidas solicitações.

Anteriormente à Emenda Constitucional nº 45 de 2004, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, eram competência do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, passaram a ser de competência do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com a nova redação dada ao art. 105, I, alínea i da Constituição Federal de 1988¹⁹.

De acordo com o que leciona Sergio Moro, a desconcentração de competência é tida como algo positivo, uma vez que não há justificativa relevante para a concentração dessas competências em determinado órgão do poder judiciário.²⁰

¹⁷ Art 15. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido os partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal. **Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 05/10/2016.

¹⁸ Nesse sentido, Nadia Araújo explica que “o modelo adotado no Brasil, inspirou-se no italiano, chamado de sistema de delibação, pelo qual não se questionava o mérito da decisão, em sua substância, senão para a verificação dos requisitos formais, além da ofensa à ordem pública, bons costumes e soberania nacional”. ARAUJO, Nadia. **A importância da Cooperação Jurídica Internacional para a Atuação do Estado Brasileiro no Plano Interno e Internacional.** MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos. 2. ed. Brasília: 2009. Pág 45.

¹⁹ Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente; (...) i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

²⁰ Nesse sentido, Moro diz que “A desconcentração de competência foi positiva. Não há motivos para a concentração de tal competência em um único órgão jurisdicional. Aliás, em rigor, também pouco se justifica a concentração de tal competência nos Tribunais Superiores. Estes, no Brasil, como é notório, sofrem acentuada crise em vista da amplitude excessiva de sua competência e da prodigalidade recursal. Embora a crise traga reflexos negativos para a prestação jurisdicional em geral – portanto não só no âmbito da cooperação internacional -, ela assume ares de acentuada gravidade nessa matéria, uma vez que a lentidão do atendimento a pedidos de cooperação pode resultar na avaliação do Brasil como, na prática, país não cooperante ou pouco cooperante, o que teria reflexos negativos para a imagem do País perante a comunidade internacional e, ainda, em vista do princípio da reciprocidade, reflexos negativos para a cooperação internacional ativa. O melhor seria, portanto, pulverizar a

Vale a pena frisar, ao contrário do sistema brasileiro, nem todos os países adotam a concentração de competência nos tribunais superiores para processamento e julgamento dos pedidos de cooperação jurídica em matéria penal.

Além da previsão constitucional, o Código de Processo Penal dispõe acerca das relações jurisdicionais com a autoridade estrangeira²¹ a partir do art. 780 e seguintes.

De igual modo, o Código de Processo Civil²² também possui lastro normativo a respeito da cooperação jurídica internacional, a qual está disposta no capítulo II (arts. 21 a 41) desse caderno legal. Além disso, percebe-se que há regulamentação das cartas rogatórias e da homologação de decisão estrangeira e da concessão de *exequatur* à carta rogatória nos arts. 237, 260, 268, 961 a 965.

Além disso, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro²³ e o Estatuto do Estrangeiro²⁴ constituem-se como outros diplomas úteis à cooperação internacional.

Desse modo, verifica-se que a legislação brasileira a respeito da cooperação jurídica, ainda que discreta, já possui um ponto de partida, devendo ser aprimorado para que a cooperação torne-se de fato mais efetiva.

O Projeto de Lei (PL) 8045/10²⁵, o qual propõe a reforma do Código de Processo Penal²⁶, busca reunir e positivar na legislação pátria os

competência entre mais órgãos jurisdicionais e sem prejuízo de recursos excepcionais dos Tribunais Superiores” MORO, Sergio Fernando. **Crime de lavagem de dinheiro**. [São Paulo]: Saraiva, 2010. Pág. 196-197.

²¹ Título do Livro V do Código de Processo Penal. BRASIL, **Decreto - Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 06/10/2016.

²² BRASIL. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 06/10/2016.

²³ BRASIL. **Decreto - Lei nº 4.657 de 4 de setembro de 1942**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 06/10/2016.

²⁴ BRASIL. **Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 06/10/2016.

²⁵ O Projeto de Lei (PL) 156/09 foi aprovado pelo Senado Federal, e ao ser distribuído para a Câmara dos Deputados recebeu o número (PL) 8045/2010, ainda pendente de aprovação.

²⁶ Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/upload/antrcpp.pdf>>. Acesso em 17 de outubro de 2016.

procedimentos a serem adotados nas relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras²⁷.

2.2. AS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE COOPERAÇÃO JURÍDICA EM MATÉRIA PENAL

Além dos dispositivos legais encontrados na Constituição e legislação ordinária vigentes em nosso país anteriormente expostos, merecem destaque os tratados e convenções internacionais que versam sobre cooperação jurídica internacional. Pode-se dizer que elas são as principais fontes normativas a respeito desse tema.

Primeiramente, importa relembrar o conceito de tratado internacional, de acordo do Francisco Rezek, “tratado é o acordo formal, concluído entre sujeitos de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos”²⁸, ou seja, o tratado é um acordo em que ambas as partes propõem-se a busca de um determinado fim.

Dessa forma, as convenções internacionais são elaboradas pelos Estados na busca da solução de um conflito que faz parte do cotidiano de todos, dado que a atividade criminosa não consegue ser barrada pelas fronteiras físicas dos Estados. Como não é possível que um Estado exista sozinho, a cooperação é uma ferramenta essencial para o combate a crimes que vêm ocorrendo a nível global.

Nesse aspecto, Dias Toffoli elucida que

a juridicidade das normas internacionais decorre, sobretudo, da vontade dos Estados, que reconhecem e aceitam previamente as regras que lhe serão aplicadas no relacionamento com os demais atores da cena internacional.²⁹

²⁷ Título do Livro V do anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal.

²⁸ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 1989, Pág.14.

²⁹ TOFFOLI, José Antônio Dias; CESTARI, Virgínia Charpinel Junger. “**Mecanismos de Cooperação Jurídica Internacional no Brasil**”, em MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. In: BRASIL. **Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos. Cooperação em Matéria Penal**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2008. Pág. 3.

Ou seja, de comum acordo, os Estados firmam compromissos visando frear a prática de ilícitos.

Uma convenção internacional de suma importância para a cooperação jurídica internacional é a Convenção de Mérida, também chamada de Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção³⁰, foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 348, de 18 de maio de 2005 e, foi promulgada pelo Decreto 5687, de 31 de janeiro de 2006, passando a vigorar no Brasil, com força de lei.

Esse instrumento nasceu do interesse e necessidade da comunidade internacional no sentido de criação de um acordo global para prevenção e combate de todas as formas de corrupção³¹, inclusive no âmbito civil e administrativo.

De início, através do preâmbulo da convenção já se vê a necessidade de atuação conjunta dos países na busca de um mesmo fim, que, nesse caso, é o combate a corrupção, vejamos:

Preocupados, ainda, pelos casos de corrupção que penetram diversos setores da sociedade, os quais podem comprometer uma proporção importante dos recursos dos Estados e que ameaçam a estabilidade política e o desenvolvimento sustentável dos mesmos;

Convencidos de que a corrupção deixou de ser um problema local para converter-se em um fenômeno transnacional que afeta todas as sociedades e economias, faz-se necessária a cooperação internacional para preveni-la e lutar contra ela

(...)

Convencidos, ainda, de que a disponibilidade de assistência técnica pode desempenhar um papel importante para que os Estados estejam em melhores condições de poder prevenir e combater eficazmente a corrupção, entre outras coisas, fortalecendo suas capacidades e criando instituições;³²

O capítulo IV da referida convenção dedica-se inteiramente à cooperação internacional, a qual deve ser a mais ampla possível. A

³⁰ BRASIL, **Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 09/10/2016.

³¹ **Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção**. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corruptcao/convencao.html>>. Acesso em: 09/10/2016.

³² BRASIL, **Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 09/10/2016.

cooperação pretendida extrapola a competência concernente ao poder judiciário, isso quer dizer que ela também deve ser efetivada através de outros órgãos, tema que será tratado em capítulo específico mais adiante.

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, ou apenas, Convenção de Palermo, é outra fonte normativa de especial importância para a cooperação jurídica internacional, representando:

um passo importante na luta contra o crime organizado transnacional e significa o reconhecimento por parte dos Estados-Membros da gravidade do problema, bem como a necessidade de promover e de reforçar a estreita cooperação internacional a fim de enfrentar o crime organizado transnacional.³³

Essa convenção foi promulgada no país através do Decreto nº 5.015 de 12 de março de 2004³⁴.

Logo em seu art. 1º, a convenção traz seu principal objetivo como sendo a promoção da cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional³⁵.

Assim como a Convenção de Mérida, a Convenção de Palermo estabelece formas de cooperação além da assistência prestada entre os poderes judiciários dos Estados signatários, a cooperação também pode (e deve) ser realizada através dos órgãos do poder Executivo, cuja competência reúne atos de prevenção e investigação penal, no exercício de suas atividades basilares.

Apenas a título ilustrativo, podemos citar ainda a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, promulgada pelo Decreto nº 154 de 26 de junho de 1991, bem como a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, incorporada através do Decreto nº 6.340 de 3 de janeiro de 2008, dentre tantas outras³⁶ sobre

³³ **Prevenção ao Crime e Justiça Criminal: marco legal.** Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>>. Acesso em 09/10/2016.

³⁴ BRASIL, **Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 09/10/2016.

³⁵ Id.

³⁶ No Site do Ministério da Justiça é possível consultar a relação completa e atualizada dos acordos e tratados internacionais de que o Brasil é signatário. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional>>. Acesso em 09/10/2016.

diversos temas que buscam estabelecer um apanhado de normas para a cooperação internacional em âmbito penal.

Internacionalmente, a cooperação é concebida como um dever moral, fundamentando-se nos tratados e nos costumes internacionais, de acordo com Eneida Taquary dispõe que

A cooperação jurídica, em última análise, é um dever moral, mas também e principalmente, uma estratégia dos países cooperados em manter a ordem social internacional vigente; a obediência aos princípios e às leis internacionais; à justiça; bem como alcançar resultados mais rápidos no tocante à apuração de fatos que extrapolem o seu território e não possam ser realizados sob sua jurisdição, sem a concorrência de outra.³⁷

Não obstante, os tratados internacionais visam a salvaguarda da comunidade internacional que tanto sofre com o aumento das atividades criminosas transnacionais, é nesse contexto que se encaixa a percepção de Wagner Menezes

Essa relação transnormativa se caracteriza por vários fatores de alocação de uma realidade internacional que, através de seus instrumentos normativos produzidos no plano internacional, dissolvem as fronteiras e possibilitam uma interpretação de normas jurídicas entre o local e o global em um mesmo espaço de soberania e competência normativa. Elementos de fundamentação da construção normativa, como as fontes de direito, incluindo as *soft law*; o direito comunitário e seus mecanismos específicos de regulamentação intrabloco; as regras de direitos humanos que passam de uma simples resolução e adotam cada vez mais o caráter de um *ius cogens* um direito imperativo que deve ser respeitado e observado por todos os povos.³⁸

Conclui-se, desse modo, que os tratados internacionais são instrumentos de grande relevância para o desenvolvimento e aprimoramento das relações entre os países cooperantes.

³⁷ TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. **Tribunal Penal Internacional & a Emenda Constitucional 45/04 (Sistema Normativo Brasileiro)**. Curitiba: Juruá. 2008. Pág. 35.

³⁸ MENEZES, Wagner. O direito internacional e a teoria da transnormatividade. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antonio Celso Alves; TRINDADE, Antonio Augusto Cançado (Organizadores). **Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 990.

3. OS PRINCÍPIOS E LIMITES QUE REGEM A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

Para a efetivação da cooperação internacional, faz-se mister a observância de alguns princípios norteadores dessa relação.

O princípio da *Pacta Sunt Servanda*³⁹, basilar dentro do direito internacional público, faz-se presente aqui por expressar a observância obrigatória das normas dispostas nos acordos internacionais. Esse princípio carrega a noção de boa-fé, responsável por regular as relações internacionais advindas dos tratados ou dos costumes perpetuados pela prática internacional através dos séculos.

Especificamente quanto à cooperação, tem-se que as relações entre as nações devem ocorrer como base no princípio da reciprocidade, consagrado no art. 4º, IX da Constituição Federal de 1988⁴⁰, o qual se manifesta através da relação mútua entre dois ou mais países nos pedidos de cooperação. Em grande parte das vezes, não há disposição legal sobre esse princípio, seja na legislação de cada país, seja em tratado internacional. Entretanto, a ausência normativa não é óbice para o pedido de cooperação.

Assim, o princípio da reciprocidade poderá ser invocado quando o pedido não for contrário à lei interna do país requerido, ou então, quando houver lacuna nos textos dos acordos e tratados internacionais⁴¹.

Pode-se dizer que a gênese desse princípio está relacionada à troca de favores (no bom sentido). Elucidativamente, se o país A é cooperante com o país B, a operação inversa deve ser a mesma, ou seja, ambos países atingem seus objetivos contando com o auxílio do outro.

³⁹ Art. 26. Todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa fé. **Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009.** O qual promulgou a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em 09/10/2016.

⁴⁰ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

⁴¹ MORO, Sergio Fernando. **Crime de lavagem de dinheiro.** [São Paulo]: Saraiva, 2010. Pág. 195.

Logicamente, a reciprocidade não é realizada de olhos vendados, pois existem limites aos pedidos de cooperação, como se verá adiante, mas, de acordo com Sérgio Moro, esses limites não podem ser considerados como regra, eles são a exceção do sistema de cooperação internacional⁴².

Juridicamente, a postura a ser adotada é a de extensão das possibilidades interpretativas, ou seja, as normas que dispõem sobre cooperação devem ser aplicadas de modo a alcançar a maior eficácia possível. É preciso analisar a situação fática de acordo com os acontecimentos da contemporaneidade, livrando-se de conceitos pré-estabelecidos.

Nessa linha de intelecção, de acordo com Luís Roberto Barroso

deve-se rejeitar uma das patologias crônicas da hermenêutica constitucional brasileira, que é a interpretação retrospectiva, pela qual se procura interpretar o texto novo de maneira a que ele não inove nada, mas ao revés, fique tão parecido quanto o possível com o antigo.⁴³

Outro princípio de extrema importância que rege os pedidos de cooperação, diz respeito à aplicação das leis processuais penais. O princípio *locus regit actum* determina que a lei processual do local é a que deve conduzir os atos praticados a não ser que exista tratado dispondo de modo contrário.

Nesse sentido, Guy Stessens leciona que

a cooperação internacional em assuntos criminais desenvolve-se, quase que invariavelmente, sob a base do princípio *locus regit actum*, segundo o qual os Estados Requeridos aplicam suas próprias leis (processuais) para cumprir requisições de cooperação. Este princípio é estabelecido em tratados de assistência mútua, assim como nas leis locais de vários Estados.⁴⁴

Caso fosse possível a aplicação da lei processual alienígena no país requerido, isso configuraria grande afronta à soberania, uma vez que se tenta impor à jurisdição desse país uma lei que não foi produzida por ele. Como bem

⁴² MORO, Sergio Fernando. **Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais**. In: BALTAZAR JR, José Paulo. **Cooperação jurídica internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, [2010]. Pág. 16.

⁴³ BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996. Pág. 67.

⁴⁴ STESENS, Guy. **Money Laundering: A new international Law Enforcement Model**. Cambridge: Cambridge University Press. 2000. Pág. 301.

expõe Sérgio Moro, “nenhum dos países pode, salvo previsão em sentido diverso no tratado, pretender que o outro produza a prova segundo a suas regras”⁴⁵.

Além disso, aplica-se à cooperação internacional o princípio da especialidade, segundo ele, as provas obtidas através da cooperação somente poderão ser utilizadas no procedimento que lhe deu causa, a não ser que o país requerido concorde sua utilização em outros casos.

A cartilha elaborada pelo ministério da justiça o descreve da seguinte forma

O princípio da especialidade é um princípio geral de cooperação jurídica, pelo qual não é permitida a divulgação do conteúdo de documentos, e tampouco o seu repasse a qualquer outro processo ou investigação, devendo estar cientes dessa vedação todas as pessoas que tiverem contato com os autos. A não observância do princípio pode trazer prejuízos à cooperação entre os países envolvidos, como, por exemplo, a recusa em cooperar no futuro.⁴⁶

Sob outro prisma, apesar da necessidade de fomento da cooperação internacional, ela não deve ser vista como um instituto que não possui limite. Existem limites para que os estados atuem conjuntamente, principalmente porque essas relações envolvem o destino dos sujeitos de direitos.

É nesse sentido que se insere o princípio constitucional⁴⁷ da prevalência dos direitos humanos, o qual determina que em casos de conflitos entre normas jurídicas internacionais, prevalecerá aquela que proteger os direitos e garantias fundamentais de modo mais abrangente.

Isto porque, a concepção contemporânea⁴⁸ de direitos humanos leva em conta a percepção do indivíduo como um sujeito de direitos a nível universal.

⁴⁵ MORO, op. cit. Pág. 28.

⁴⁶ BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). **Cartilha cooperação jurídica internacional em matéria penal / Secretaria Nacional de Justiça**; elaboração e organização: Ricardo Andrade Saadi, Camila Colares Bezerra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), 2012. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/CartilhaExpedCRPenal.pdf>. Acesso em 11/10/2016. Pág. 18.

⁴⁷ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) II - prevalência dos direitos humanos;

⁴⁸ De acordo com Mazzuoli, esta nova concepção, assim, pretendeu afastar, de vez, o velho e arraigado conceito de soberania estatal absoluta, que considerava como sendo os Estados os únicos sujeitos de direito internacional público, para proteger e amparar os direitos

Sendo assim, poderá haver recusa do pedido de cooperação para salvaguardar os direitos fundamentais dos indivíduos envolvidos, sobretudo no âmbito penal.

Guy Stessens defende que “a cooperação internacional não deve ser adotada em detrimento dos direitos humanos das pessoas envolvidas, embora reconheça dificuldades de aplicação em relação a este objetivo”⁴⁹.

Ou seja, para a execução dos pedidos de cooperação, o Estado requerido deve observar se haverá algum tipo de violação de direitos fundamentais do sujeito a ser atingido pela medida requerida, caso haja, isso constitui motivo suficiente para negar o pedido.

Desse modo, como expõe Ada Pellegrini Grinover, a cooperação internacional faz emergir dois valores, que por vezes são vistos como opostos. De um lado, há necessidade de intensificação da cooperação para o combate a atividade criminosa e, de outro, está cada vez mais arraigada a concepção de que os direitos fundamentais devem ser postos como limites à cooperação internacional.⁵⁰

De acordo com Sérgio Moro

A extradição e igualmente a cooperação internacional em matéria criminal relativamente a outras medidas, de cunho coercitivo ou não, podem ser denegadas se estiverem em risco os direitos fundamentais básicos do acusado ou investigado, ou, para utilizar a expressão da Corte Europeia de Direitos Humanos, quando for constatada uma “denegação flagrante de Justiça” pelo país requerente.⁵¹

Além dos direitos e garantias fundamentais, a cooperação jurídica também encontra outros limites ao seu desenvolvimento.

fundamentais de todos os cidadãos. Os indivíduos, a partir de então, foram erigidos à posição – de há muito merecida – de sujeitos de direito internacional, dotados de mecanismos processuais eficazes para a salvaguarda dos seus direitos internacionalmente protegidos. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos humanos e cidadania: uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988** (Estudo em homenagem ao Prof. Dr. José Afonso da Silva). Pág. 4. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_publicacao_divulgacao/doc_gra_doutrina_civel/civel%2033.pdf. Acesso em 09/10/2016.

⁴⁹ STESENS, op. cit. Pág. 254-255.

⁵⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo em Evolução**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1996. Pág. 156.

⁵¹ MORO. op.cit. Pág. 210.

Especificamente, há limites e regras procedimentais concernentes aos pedidos de extradição, dispostos na Constituição Federal e no Estatuto do Estrangeiro.

De modo amplo, para as outras medidas processuais, os limites devem ser buscados na legislação conveniente. Ressalta-se que nosso país não possui um diploma legal específico a respeito dos limites da cooperação jurídica, estando modesta e genericamente positivado no art. 781⁵² do Código de Processo Penal.

Segundo o art. 6º da Resolução nº 9, de 4 de maio de 2005, do Superior Tribunal de Justiça, a cooperação internacional deve observar a soberania nacional e a ordem pública, veja-se

Art. 6º Não será homologada sentença estrangeira ou concedido exequatur a carta rogatória que ofendam a soberania ou a ordem pública.

Apesar da amplitude desses conceitos, eles são necessários para a manutenção do bom relacionamento entre os Estados.

Por fim, os tratados e acordos intencionais também podem estabelecer limites a serem resguardados por seus signatários.

⁵² Art. 781. As sentenças estrangeiras não serão homologadas, nem as cartas rogatórias cumpridas, se contrárias à ordem pública e aos bons costumes.

4. OS SISTEMAS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

A assistência jurídica internacional nasce, como qualquer outro veículo da cooperação jurídica internacional em matéria penal, sob o signo da necessidade e da desconfiança.
Denise Abade

Como já exposto, a cooperação internacional realiza-se a partir da colaboração de dois ou mais países. Diante dos dispositivos legais e princípios apresentados, veremos, na prática, como se inicia o pedido de cooperação e, por conseguinte, como se desenvolve no país requerido.

Conforme a distinção feita em grande parte da doutrina, a cooperação é ativa em relação ao país que solicita o cumprimento de determinado ato, chamado então de país requerente, e passiva em relação ao país ao qual foi solicitada a medida, ou seja, país requerido.

O pedido de cooperação envolve medidas que podem ser classificadas de acordo com o grau de coercitividade, o que determinará o rigor da avaliação de cada pedido⁵³.

Moro classifica os objetos dos pedidos de cooperação, do menor grau coercitivo para o maior, da seguinte maneira:

- a) atos de comunicação de atos jurídicos, como a citação ou intimação;
- b) produção de provas, quando, por exemplo, se requer a oitiva de uma testemunha ou colheita de prova documental;
- c) a efetivação de medidas de cunho assecuratório, como arresto ou sequestro de bens;
- d) a efetivação de decretos de confisco criminal; e
- e) a extradição, com eventual prisão prévia do extraditado.⁵⁴

Outrossim, a cooperação pode ser classificada com relação à reserva de juiz, nesse aspecto Moro discorre que

Também se pode distinguir os pedidos de cooperação segundo a existência ou não de reserva de juiz para apreciá-los. As autoridades de países diversos cooperam, mesmo em matéria criminal, de diversas maneiras e com bases diversas. Exemplificativamente,

⁵³ MORO, op. cit.. Pág. 194.

⁵⁴ Ibid. Pág. 193-194.

autoridades policiais podem trocar informações, até em caráter informal, sobre casos criminais, desde que sobre eles não recaiam sigilo. De forma semelhante, no âmbito da lavagem de dinheiro, as Unidades de Inteligência Financeira (UIFs) dos diversos países trocam informações sobre casos criminais ou operações suspeitas, principalmente através do assim denominado Grupo Egmont. Então, para cooperação internacional mesmo em matéria criminal, não há uma reserva absoluta de juiz, no sentido de que o exame da medida requerida deve necessariamente passar pelo crivo da autoridade judiciária. É certo que, para algumas medidas de cooperação, como extradição, alguns países impõem uma reserva de juiz, no sentido de que a autorização ou deferimento do pedido demanda prévia autorização judicial. Então tudo dependerá das regras do país requerido, mas não há motivo para concentrar toda a competência, para todas as medidas de cooperação, nas mãos do Judiciário.⁵⁵

Por tratarem de relação entre Estados, os pedidos de cooperação seguem a via diplomática através do Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Justiça.

O Ministério da Justiça produziu em 2014 a cartilha sobre cooperação jurídica internacional em matéria penal⁵⁶, a qual trás os principais aspectos sobre esse instituto, sobretudo com relação à recuperação de ativos.

Primeiramente, antes mesmo do recebimento do pedido de cooperação, é necessário estabelecer qual é a autoridade central de cada país para a cooperação jurídica internacional. No Brasil, o Ministério da Justiça foi designado para exercer o papel de Autoridade Central para cooperação jurídica internacional, missão esta cumprida por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e do Departamento de Estrangeiros (DEEST), nos termos do Decreto nº 6.061/2007⁵⁷.

Atualmente, as atribuições do DRCI encontram-se dispostas no art. 10⁵⁸ do Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016.

⁵⁵ Ibid. Pág. 194-195.

⁵⁶ BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). **Cartilha cooperação jurídica internacional em matéria penal / Secretaria Nacional de Justiça**; elaboração e organização: Ricardo Andrade Saadi, Camila Colares Bezerra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), 2012. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/CartilhaExpedC-RPenal.pdf>>. Acesso em 11/10/2016.

⁵⁷ Ibid. Pág. 8.

⁵⁸ Art. 10. Ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional compete: I - articular a implementação da Enccla, coordenar, articular, integrar e propor ações entre os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público no enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado transnacional; II - coordenar a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro -

Além do DRCI, a cooperação pode ser operada por outros órgãos como a Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional (ASCJI) da Procuradoria Geral da República (PGR), Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, a Receita Federal, a Controladoria-Geral da União, dentre outros.

Conforme exposto pela cartilha do Ministério da Justiça, a autoridade central

é o órgão responsável pela boa condução da cooperação jurídica que cada Estado realiza com os demais países. Cabe à Autoridade Central receber, analisar, adequar, transmitir e acompanhar o cumprimento dos pedidos de cooperação jurídica. Essa análise tem o objetivo de verificar o atendimento aos requisitos da lei do Estado requerido e adequação aos seus costumes, bem como ao tratado internacional que fundamenta o pedido, conferindo, assim, maior agilidade e efetividade ao procedimento.⁵⁹

Desse modo, cabe à autoridade central a coordenação do pedido de cooperação, cujo cumprimento deve ser o mais célere possível. Isto porque, o comprometimento da autoridade central com o pedido solicitado pelo país requerente demonstra o compromisso de país cooperante perante a comunidade internacional.

Rede-Lab; III - estruturar, implementar e monitorar ações de governo nas seguintes áreas: a) cooperação jurídica internacional, inclusive em assuntos de extradição; e b) recuperação de ativos; IV - negociar acordos de cooperação jurídica internacional, inclusive em assuntos de extradição, de transferência de pessoas condenadas e de transferência da execução da pena; V - exercer a função de autoridade central para o trâmite dos pedidos de cooperação jurídica internacional, inclusive em assuntos de extradição, de transferência de pessoas condenadas e de execução de penas, coordenando e instruindo pedidos ativos e passivos; VI - promover a articulação dos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público no que se refere à entrega e à transferência de pessoas condenadas; e VII - atuar nos procedimentos relacionados a ação de indisponibilidade de bens, de direitos ou de valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos termos da Lei no 13.170, de 16 de outubro de 2015. BRASIL. **Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8668.htm#art10>. Acesso em 23/10/2016.

⁵⁹ BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). **Cartilha cooperação jurídica internacional em matéria penal / Secretaria Nacional de Justiça**; elaboração e organização: Ricardo Andrade Saadi, Camila Colares Bezerra. -- Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), 2012. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/CartilhaExpedC RPenal.pdf>>. Acesso em 11/10/2016. Pág. 7.

Em sua gênese, a cooperação internacional era realizada através dos processos de extradição, da homologação de sentença estrangeira, do cumprimento de medidas solicitadas via cartas rogatórias e para transferência de presos.

No entanto, esses instrumentos clássicos, apontavam um grave defeito acerca dos pedidos de cooperação: a morosidade. A via diplomática era a principal responsável pelo atraso nos pedidos de cooperação tendo em vista que exigia a participação de diversos atores políticos.

Isto porque, tradicionalmente, os pedidos de cooperação desenvolviam-se do seguinte modo:

→ a autoridade judiciária do país requerente formula o pedido de cooperação (ex: carta rogatória).

→ o pedido é encaminhado para o Ministério da Justiça desse país.

→ o Ministério da Justiça encaminha o pedido para o Ministério das Relações Exteriores.

→ o Ministério das Relações Exteriores do país requerente envia o pedido para o Ministério das Relações Exteriores do país requerido.

→ o Ministério das Relações Exteriores do país requerido envia o pedido para o Ministério da Justiça.

→ o Ministério da Justiça envia o pedido para a autoridade competente para o processamento e julgamento da medida requerida.

Verifica-se, desse modo, que a exigência de comunicação entre todos esses órgãos alongava os pedidos de cooperação, ou seja, a celeridade restava totalmente comprometida.

Segundo José Paulo Baltazar Junior

Além da demora, durante todo esse processo é muito difícil obter informações sobre o andamento da carta, em razão do grande número de órgãos envolvidos. Na prática, algumas jamais eram respondidas, outras voltavam anos após a expedição, em virtude de pequenos equívocos, demandando a renovação completa do procedimento.⁶⁰

⁶⁰ BALTAZAR JR, José Paulo. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal** In: Carta Forense. 02/09/2011. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal/7575>>. Acesso em 10/11/2016.

Não obstante, o modelo brasileiro ainda possuía outro fator que retardava a cooperação internacional ao exigir a chancela e o juízo de delibação⁶¹ dos tribunais superiores para concessão de *exequatur*⁶² às cartas rogatórias, o que resultava na morosidade desses mecanismos, os quais se tornavam, até mesmo, ineficazes diante da urgência de resposta ao pedido do país requerente.

Desse modo, a diplomacia aliada ao exacerbado formalismo procedimental nos pedidos de cooperação jurídica internacional demonstrou a carência do modelo tradicional, fazendo surgir uma nova modalidade de cooperação jurídica internacional denominada o auxílio direto⁶³, o qual será objeto do tópico a seguir.

Como bem esclarece Denise Abade

As cartas rogatórias passivas (aquelas em que o Brasil é Estado requerido) possuem tratamento normativo *singular* no Brasil: devem ser apreciadas por órgão judicial de cúpula antes de ser deferido seu cumprimento no território nacional. Essa apreciação consiste em *juízo de delibação*, no qual o órgão delibante apenas aprecia o cumprimento dos *requisitos formais previstos na lei ou em tratados*, bem como se o conteúdo do pedido rogado não ofende a *ordem pública brasileira*. Assim, caso *ambos os crivos* sejam satisfeitos (requisitos formais e respeito à ordem pública interna), será concedido pelo órgão de cúpula do Judiciário brasileiro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), *exequatur* à carta rogatória estrangeira.⁶⁴

⁶¹ No juízo de delibação o STJ aprecia quatro questões: 1) competência internacional da autoridade que lavrou a decisão; 2) possibilidade de contraditório prévio; 3) ausência de coisa julgada; 4) não-ofensa à ordem pública. Sendo positivo o juízo de delibação, concede-se o *exequatur*. Id.

⁶² De acordo com o significado dado pelo Ministério da Justiça: *Exequatur*, que em latim significa “executar”, “execute-se”, é a palavra que concretiza o juízo de delibação positivo exercido pelo Superior Tribunal de Justiça nas cartas rogatórias. Presentes os pressupostos para concessão do *exequatur*, o STJ transmite ao juiz federal de primeira instância a notícia de que o ato processual estrangeiro está apto a produzir efeitos no Brasil, pedindo-lhe sua execução. BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). **Cartilha cooperação jurídica internacional em matéria penal / Secretaria Nacional de Justiça**; elaboração e organização: Ricardo Andrade Saadi, Camila Colares Bezerra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), 2012. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/CartilhaExpedCRPenal.pdf>. Acesso em 11/10/2016. Pág. 20.

⁶³ ANSELMO, Márcio Adriano. **Cooperação internacional em matéria penal no âmbito do Mercosul – Anatomia do Protocolo de San Luis**. In: BALTAZAR JR, José Paulo. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal**. Pág.223.

⁶⁴ ABADE, op. cit. Pág. 10.

4.1. O AUXÍLIO DIRETO

A falta de eficiência dos métodos tradicionais de cooperação e o advento dos tratados internacionais em matéria penal fez surgir uma nova “modalidade” de cooperação, denominada auxílio direto ou assistência direta⁶⁵.

O auxílio direito passou a compor o conteúdo de acordos internacionais bilaterais⁶⁶ e multilaterais a partir da década de 90. A ratificação desses

⁶⁵ Maria Rosa Guimarães Loula afirma que A "assistência direta" é um novo mecanismo de cooperação jurídica internacional que não se confunde com a carta rogatória e nem com a homologação de sentença estrangeira. Trata-se de um procedimento inteiramente nacional, que começa com uma solicitação de ente estrangeiro para que um juiz nacional conheça de seu pedido como se o procedimento fosse interno. Ou seja, a autoridade ou parte estrangeira fornece os elementos de prova para a autoridade central que encaminha o caso para o MPF (penal) ou AGU (civil) propor a demanda desde o início. Por isso a assistência direta difere da carta rogatória. Na carta rogatória passiva há uma ação no estrangeiro e o juiz estrangeiro solicita que juiz nacional pratique certo ato (e já diz qual é o ato). O juiz nacional só pode praticar aquele ato ou negar aplicação (no caso de ofensa à ordem pública). A assistência direta começou nos países de Common Law e nestes ele não difere muito da carta rogatória. Este procedimento começou a ser utilizado no Brasil para resolver o impasse criado pela jurisprudência do STF sobre cartas rogatórias executórias. Este procedimento está bem descrito no acordo bilateral Br-EUA e no Protocolo de São Luís, Mercosul (assistência judicial em matéria penal). LOULA, Maria Rosa Guimarães **Auxílio Direto - Novo Instrumento Brasileiro de Cooperação Jurídica Internacional**, Belo Horizonte, Editora Forum, 2010.

⁶⁶ **Decreto nº 862, de 09 de julho de 1993:** Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana;

Decreto nº 1.320, de 30 de novembro de 1994: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa;

Decreto nº 3.324, de 30 de dezembro de 1999: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa;

Decreto nº 3.810, de 02 de maio de 2001: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América;

Decreto nº 3.895, de 23 de agosto de 2001: Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia em Matéria Penal;

Decreto nº 3.988, de 29 de outubro de 2001: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru;

Decreto nº 5.721, de 13 de março de 2006: Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Coreia sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal;

Decreto nº 5.984, de 12 de dezembro de 2006: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia.

Decreto nº 6.282, de 03 de dezembro de 2007: Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal;

Decreto nº 6.462, de 21 de maio de 2008: Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba;

Decreto nº 6.681, de 08 de dezembro de 2008: Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha;

Decreto nº 6.747, de 22 de janeiro de 2009: Acordo de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, celebrado em Brasília, em 27 de janeiro de 1995;

Decreto nº 6.832, de 29 de abril de 2009: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname;

tratados⁶⁷ incorporou essa modalidade ao direito brasileiro, suprimindo a ausência de leis internas a respeito desse tema.

A despeito disso, mesmo que não haja tratado entre os países que pretendem cooperar, o auxílio direto pode ser solicitado apenas com base no princípio da reciprocidade (observadas as ressalvas já mencionadas).

Fábio Bechara expõe a singularidade da assistência da direta do seguinte modo

O auxílio direto pode ser definido como a cooperação realizada Autoridades Centrais dos Estados-Parte de convenções internacionais que prevêm esse mecanismo de assistência mútua, ou, ainda, de acordos e tratados bilaterais que tratam especificamente do tema.

Mas o auxílio direto não se particulariza somente pelo fato de que o seu processamento é gerenciado pelas autoridades centrais. O que o singulariza, na realidade, é o fato de que o Estado estrangeiro não se apresenta na condição de juiz, mas de administrador, porquanto não encaminha um pedido judicial de assistência, mas sim uma solicitação para que a autoridade judicial do outro Estado tome as providências requeridas no âmbito nacional.

Decreto nº 6.974, de 07 de outubro de 2009: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça;
Decreto nº 7.582, de 13 de outubro de 2011: Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria;

Decreto nº 7.595, de 1º de novembro de 2011: Acordo de Assistência Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos;

Decreto nº 7.596, de 1º de novembro de 2011: Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal;

Decreto nº 8.046, de 11 de julho de 2013: Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal;

Decreto nº 8.047, de 11 de julho de 2013: Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;

Decreto nº 8.048, de 11 de julho de 2013: Convênio sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.

Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal/acordos-internacionais/acordos-bilaterais-1>. Acesso em 23/10/2016.

⁶⁷ Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais - Promulgado pelo **Decreto nº 3.468, de 17 de maio de 2000**. Convenção Interamericana contra a Corrupção (com reserva ao § 1º, inciso c, do art. XI) - Promulgada pelo **Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002**. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional - Promulgada pelo **Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004**. Convenção Interamericana contra o Terrorismo - Promulgada pelo **Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005**. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção - Promulgada pelo **Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006**. Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior - Promulgada pelo **Decreto nº 5.919, de 3 de outubro de 2006**. Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal - Promulgada pelo **Decreto nº 6.340, de 3 de janeiro de 2008**.

Na carta rogatória, o que se tem é o processamento do pedido formulado pela autoridade judicial estrangeira, em que a intervenção da autoridade judicial do Estado requerido limita-se a uma cognição restrita à admissibilidade da solicitação. Já na assistência direta, é a própria autoridade do Estado requerido que toma a decisão, por provocação de autoridade estrangeira, analisando não somente as formalidades, mas o próprio mérito da solicitação. E mais, enquanto na carta rogatória tem-se um pedido judicial estrangeiro, na assistência direta, a provocação pode ser feita pelas partes interessadas ou pela autoridade policial, e não necessariamente pelo juiz.⁶⁸

Nessa mesma linha de inteligência, Gilson Langaro Dipp entende que no pedido de auxílio direto o país requerente possui um viés de administrador, dado que a assistência é solicitada para que se cumpram, no território do país requerido, providências necessárias à satisfação do pedido.⁶⁹

O Superior Tribunal de Justiça reconhece a modalidade de auxílio direto através do parágrafo único do art. 7 da Resolução nº 9⁷⁰, de 4 de maio de 2005, veja-se:

Art. 7º As cartas rogatórias podem ter por objeto atos decisórios ou não decisórios.

Parágrafo único. Os pedidos de cooperação jurídica internacional que tiverem por objeto atos que não ensejem juízo de delibação pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que denominados como carta rogatória, serão encaminhados ou devolvidos ao Ministério da Justiça para as providências necessárias ao cumprimento por auxílio direto.

Dessa maneira, o pedido de auxílio direto

diferencia-se dos demais mecanismos porque nele as autoridades brasileiras não proferem *exequatur* ou homologam ato jurisdicional estrangeiro. Por meio deste instrumento, as autoridades brasileiras

⁶⁸ BECHARA, op. cit. Pág. 54 e 55.

⁶⁹ DIPP, Gilson Langaro. **Carta Rogatória e Cooperação Internacional**. in Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 38, jul./set. 2007, Pág. 40.

⁷⁰ Dispõe, em caráter transitório, sobre competência acrescida ao Superior Tribunal de Justiça pela Emenda Constitucional nº 45/2004. O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições regimentais previstas no art. 21, inciso XX, combinado com o art. 10, inciso V, e com base na alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 45/2004 que atribuiu competência ao Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias (Constituição Federal, Art. 105, inciso I, alínea "i"). Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/legislacao/doc.jsp?livre=cartas+rogat%F3rias&&b=LEGI&p=true&t=&l=20&i=1>>. Acesso em 20/10/2016.

conhecem dos fatos narrados pela autoridade requerente para então proferir uma decisão nacional.⁷¹

À vista disso, os pedidos de auxílio direto constituem pedidos menos burocratizados e mais eficazes, pois cabe ao judiciário brasileiro a cognição dos fatos narrados no pedido e, após essa análise, é exarada uma decisão capaz de dar impulsos aos atos executórios.

Além disso, o pedido de auxílio direto não exige passagem obrigatória pelo judiciário. Isso geralmente ocorre na fase investigativa nas quais os países trocam informações com a finalidade de acelerar a apuração de delitos ocorridos internacionalmente.

Conforme destaca Nadia Araújo

Há países, inclusive, que permitem toda a cooperação entre autoridades administrativas. No caso do Brasil, embora o pedido possa ser transmitido diretamente à autoridade central brasileira, sempre haverá necessidade da ordem judicial para seu cumprimento, a menos que a situação não seja de molde a exigi-la, como por exemplo, quando se requer informações disponíveis sem a necessidade de intervenção judicial.⁷²

Diante do exposto, o auxílio direto revela-se como um mecanismo capaz de solucionar os problemas causados pela globalização em relação ao cometimento de crimes.

A lavagem de dinheiro, as organizações criminosas, o terrorismo e o tráfico de entorpecentes apresentam-se como os grandes vilões a serem combatidos na atualidade. Para isso, nada melhor que a criação de um sistema de comunicação eficiente entre os países, que possibilite a troca de informações de modo célere.

Nesta mesma linha, Baltazar Junior acrescenta que

⁷¹ BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). **Cartilha cooperação jurídica internacional em matéria penal / Secretaria Nacional de Justiça**; elaboração e organização: Ricardo Andrade Saadi, Camila Colares Bezerra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), 2012. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/CartilhaExpedCRPenal.pdf>>. Acesso em 11/10/2016. Pág. 21.

⁷² ARAÚJO, Nadia de. **A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado brasileiro no plano interno e internacional**. Disponível em <<http://nadiadearaujo.com/wp-content/uploads/2015/03/A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-COOPERA%C3%87%C3%83O-JUR%C3%8DDICA-INTERNACIONAL-PARA-A-ATUA%C3%87%C3%83O-DO-ESTADO-BRASILEIRO-NO-PLANO-INTERNO-E-INTERNACIONAL.pdf>>. Acesso em 11/10/2016. Pág. 13.

O mecanismo de cooperação jurídica internacional direta em matéria penal tende a substituir o antigo sistema de cartas rogatórias, fornecendo um meio mais rápido e eficiente para a produção de prova e a prática de atos processuais penais no estrangeiro. Essa mudança é resultado da superação da antiga concepção do crime com um fenômeno estritamente local, a ser tratado exclusivamente pela legislação nacional, coerente com os tempos em que a criminalidade transnacional, organizada ou convencional, deixou de ser algo excepcional para se tornar fenômeno a cada dia mais comum.⁷³

O surgimento da assistência direta ocorreu em virtude da morosidade e burocratização dos pedidos de cooperação tradicionais. Não é possível olhar o presente com olhos do passado.

Ressalvados as garantias e direitos individuais dos seres humanos enquanto sujeitos de direito internacional e os princípios decorrentes da cooperação internacional, é imprescindível a criação de instrumentos competentes para lidar com os problemas da atualidade.

Para encerrar esse capítulo, didaticamente, expõe-se o quadro⁷⁴ a seguir, o qual demonstra de modo simplificado as principais diferenças entre a carta rogatória e o auxílio direto, vejamos:

⁷³ BALTAZAR JR, op. cit.

⁷⁴ ABADE, op. cit. Pág. 15.

Carta rogatória	Auxílio direto
Trata-se de uma solicitação de auxílio por meio do cumprimento de ordem de autoridade competente (CPP, art. 784)	Mesmo que o pedido venha do sistema de justiça (juiz ou promotor), é revestido do pedido <i>internacional</i> da parte de outro Estado, da alçada do Poder Executivo brasileiro
Juízo de deliberação (cognição restrita)	Juízo de apreciação dos fatos (cognição ampla)
O Poder Executivo meramente transmite ao STJ. Concedido o <i>exequatur</i> , o cumprimento cabe a Juízo federal	Ampla atuação do Poder Executivo. Somente se for exigida ordem judicial (caso de direito submetido à reserva de jurisdição) é que o pedido será submetido a Juízo federal criminal pelo MPF (Portaria conjunta nº 10/2005 e art. 109, III da Constituição Federal)
Competência do STJ (<i>exequatur</i>)	Competência da Justiça Federal (art. 109, III) somente quando existir direito cuja restrição esteja submetida a decisão judicial
Fundado em tratado ou promessa de reciprocidade	Fundado em tratado ou promessa de reciprocidade. Se existir tratado internacional de auxílio direto, este será <i>Lex specialis</i>

5. AS DECISÕES ACERCA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

O intento desse capítulo é analisar a aplicabilidade prática da cooperação jurídica internacional em matéria penal através das decisões exaradas pelos tribunais superiores.

Obviamente, não será possível abarcar toda a jurisprudência acerca do referido tema. Em assim sendo, procura-se demonstrar as decisões mais emblemáticas, envolvendo, sobretudo, a competência do Superior Tribunal de Justiça para *exequatur* das cartas rogatórias, bem como as repercussões sobre os pedidos de auxílio direto.

As decisões foram separadas de acordo com seu objeto principal, na tentativa de exemplificar os conceitos abordados nos capítulos anteriores.

▪ Auxílio direto ou assistência direta

Nesse âmbito, destaca-se o Habeas Corpus nº 85.588/RJ⁷⁵ cuja ementa transcreve-se adiante

Ementa: CRIME - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - COMBATE - DILIGÊNCIAS - TERRITÓRIO NACIONAL - MEIO. A prática de atos decorrentes de pronunciamento de autoridade judicial estrangeira, em território nacional, objetivando o combate ao crime, pressupõe carta rogatória a ser submetida, sob o ângulo da execução, ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, não cabendo potencializar a cooperação internacional a ponto de colocar em segundo plano formalidade essencial à valia dos atos a serem realizados.

Essa decisão expressa um posicionamento afastado na atualidade ao entender que a cooperação só se procede via carta rogatória. Atualmente, sabe-se que isso está mitigado tanto na doutrina quanto na jurisprudência, haja vista a admissão da cooperação internacional através do auxílio direto.

O Habeas Corpus nº 147375/RJ⁷⁶ teve como objeto o Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal - MLAT, celebrado entre Brasil e Estados Unidos⁷⁷.

⁷⁵ STF - HC nº 85588, Relator: Min. Marco Aurélio, Publicado no DJe em 15/12/2006.

⁷⁶ STJ - HC 147.375/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, Publicado no DJe em 19/12/2011. Disponível em:

HABEAS CORPUS. EVASÃO DE DIVISAS (ARTIGO 22 DA LEI 7.492/1986).

QUEBRA DE SIGILO DE CONTA BANCÁRIA NO EXTERIOR. ACORDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA EM MATÉRIA PENAL CELEBRADO ENTRE OS GOVERNOS BRASILEIRO E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - MLAT. PROMULGAÇÃO PELO DECRETO 3.810/2001). ALEGADA INAPLICABILIDADE A CRIMES CONSIDERADOS LEVES. INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÃO NO MENCIONADO INSTRUMENTO JURÍDICO. ILEGALIDADE NÃO CARACTERIZADA.

1. Da leitura do item 4 do artigo 1º do Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal - MLAT, percebe-se que os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América reconhecem a especial importância em combater os graves crimes ali listados, sem, contudo, excluir a apuração de outros ilícitos, já que não há limitação ao alcance da assistência mútua a ser prestada, de modo que a simples afirmação de que o delito de evasão de divisas não estaria previsto no mencionado dispositivo legal não é suficiente para afastar a sua incidência na hipótese, uma vez que, como visto, o rol dele constante não é taxativo, mas meramente exemplificativo.

2. Aliás, já na introdução do **Acordo tem-se que o Brasil e os Estados Unidos pretendem "facilitar a execução das tarefas das autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei de ambos os países, na investigação, inquérito, ação penal e prevenção do crime por meio de cooperação e assistência judiciária mútua em matéria penal"**, ou seja, por meio dele os Governos almejam o auxílio no combate aos delitos em geral, e não com relação a apenas algumas e determinadas infrações penais.

(...)

1. A carta rogatória não constitui o único e exclusivo meio de solicitação de providências pelo juízo nacional ao estrangeiro, prevendo o direito processual internacional outras formas de auxílio como as convenções e acordos internacionais.

2. O entendimento atual é o de que os acordos bilaterais, tal como o ora questionado, são preferíveis às cartas rogatórias, uma vez que visam a eliminar a via diplomática como meio de cooperação entre os países, possibilitando o auxílio direto e a agilização das medidas requeridas.

(...)

1. A competência internacional é regulada ou pelo direito internacional ou pelas regras internas de determinado país acerca do direito internacional, tendo por fontes os costumes, os tratados normativos e outras regras de direito internacional.

2. Em matéria penal deve-se adotar, a princípio, o princípio da territorialidade, desenvolvendo-se na justiça pátria o processo e os respectivos incidentes, não se podendo olvidar, outrossim, de eventuais tratados ou outras normas internacionais a que o país tenha aderido, nos termos dos artigos 1º do Código de Processo Penal e 5º, caput, do Código Penal. Doutrina.

3. Na hipótese em apreço, imputa-se ao paciente o delito de evasão de divisas, cujo processo e julgamento, bem como os eventuais incidentes, compete à Justiça Brasileira, de modo que a quebra de seu sigilo bancário encontra-se inserida na jurisdição pátria, não se

podendo acoimar de incompetente a magistrada da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro simplesmente porque a conta pertencente ao acusado estaria localizada fora do território nacional.

4. Apenas a execução da medida, por depender de providências a serem tomadas em outro país, dependerá da aquiescência do Estado estrangeiro, que a realizará ou não a depender da observância das normas internas e de direito internacional a que se sujeita, sendo que, in casu, como visto, existe Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal a respaldar o envio da documentação e das informações requeridas pelo Ministério Público Federal e autorizadas judicialmente.

5. Ordem denegada.

O relator, Ministro Jorge Mussi, considerou que não se pode admitir que apenas as cartas rogatórias estão aptas a produzirem provas em outros países. Desse modo, o ministro reafirma a validade do referido acordo entre Brasil e Estados Unidos, o qual está devidamente inserido no ordenamento nacional.

Percebe-se assim que, o voto do Ministro pautou-se na utilização do auxílio direto que, ao contrario das cartas rogatórias, não são atingidos pela morosidade da via diplomática.

Portanto, essa decisão é de extrema importância para a difusão da cooperação jurídica realizada através do auxílio direto.

▪ **Competência do STJ – *Exequatur* de cartas rogatórias**

A Reclamação 2645/SP⁷⁸ foi uma decisão de grande relevância, pois estabeleceu distinção entre o auxílio direto e a rogatória. Apesar de extensa, faz-se necessária a reprodução de trechos de sua ementa, uma vez que ela remonta às dificuldades encontradas nos pedidos de cooperação pautados no auxílio direto em contraposição a competência atribuída ao STJ pelo art. 105 da Constituição Federal para conceder *exequatur* apenas à carta rogatória, vejamos:

CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STJ. EXEQUATUR. CARTA ROGATÓRIA. CONCEITO E LIMITES. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS, APROVADOS E PROMULGADOS PELO

⁷⁸ STJ - Rcl: 2645 SP 2007/0254916-5, Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, CE - CORTE ESPECIAL, Publicado no DJe em 16/12/2009.

BRASIL. CONSTITUCIONALIDADE. HIERARQUIA, EFICÁCIA E AUTORIDADE DE LEI ORDINÁRIA. 1. Em nosso regime constitucional, a competência da União para "manter relações com estados estrangeiros" (art. 21, I), é, em regra, exercida pelo Presidente da República (CF, art. 84, VII), "auxiliado pelos Ministros de Estado" (CF, art. 76). A intervenção dos outros Poderes só é exigida em situações especiais e restritas. No que se refere ao Poder Judiciário, sua participação está prevista em pedidos de extradição e de execução de sentenças e de cartas rogatórias estrangeiras: "Compete ao Supremo Tribunal Federal (...) processar e julgar, originariamente (...) a extradição solicitada por Estado estrangeiro" (CF, art. 102, I, g); "Compete ao Superior Tribunal de Justiça (...) processar e julgar originariamente (...) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias" (CF, art. 105, I, i); e "Aos Juizes federais compete processar e julgar (...) a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação" (CF, art. 109, X). (...) **Ao atribuir ao STJ a competência para a "concessão de exequatur às cartas rogatórias" (art. 105, I, i), a Constituição está se referindo, especificamente, ao juízo de delibação consistente em aprovar ou não o pedido feito por autoridade judiciária estrangeira para cumprimento, em nosso país, de diligência processual requisitada por decisão do juiz rogante. É com esse sentido e nesse limite, portanto, que deve ser compreendida a referida competência constitucional.** 3. Preocupados com o fenômeno da criminalidade organizada e transnacional, a comunidade das Nações e os Organismos Internacionais aprovaram e estão executando, nos últimos anos, medidas de cooperação mútua para a prevenção, a investigação e a punição efetiva de delitos dessa espécie, o que tem como pressuposto essencial e básico um sistema eficiente de comunicação, de troca de informações, de compartilhamento de provas e de tomada de decisões e de execução de medidas preventivas, investigatórias, instrutórias ou acautelatórias, de natureza extrajudicial. **O sistema de cooperação, estabelecido em acordos internacionais bilaterais e plurilaterais, não exclui, evidentemente, as relações que se estabelecem entre os órgãos judiciários, pelo regime das cartas precatórias, em processos já submetidos à esfera jurisdicional. Mas, além delas, engloba outras muitas providências, afetas, no âmbito interno de cada Estado, não ao Poder Judiciário, mas a autoridades policiais ou do Ministério Público, vinculadas ao Poder Executivo.**

(...)

5. **Conforme reiterada jurisprudência do STF, os tratados e convenções internacionais de caráter normativo, "(...) uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias"** (STF, ADI-MC 1480-3, Min. Celso de Mello, DJ de 18.05.2001), ficando sujeitos a controle de constitucionalidade e produzindo, se for o caso, eficácia revogatória de normas anteriores de mesma hierarquia com eles incompatíveis (lex posterior derogat priori). **Portanto, relativamente aos tratados e convenções sobre cooperação jurídica internacional, ou se adota o sistema neles estabelecido, ou, se inconstitucionais, não se adota, caso em que será indispensável também denunciá-los no foro próprio.** O que não se admite, porque então sim haverá ofensa à Constituição, é que os órgãos do Poder Judiciário pura e simplesmente neguem aplicação aos referidos preceitos normativos, sem antes declarar formalmente a sua inconstitucionalidade (Súmula vinculante 10/STF).

6. **Não são inconstitucionais as cláusulas dos tratados e**

convenções sobre cooperação jurídica internacional (v.g. art. 46 da Convenção de Mérida -"Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção"e art. 18 da Convenção de Palermo -"Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional") **que estabelecem formas de cooperação entre autoridades vinculadas ao Poder Executivo, encarregadas da prevenção ou da investigação penal, no exercício das suas funções típicas. A norma constitucional do art. 105, I, i, não instituiu o monopólio universal do STJ de intermediar essas relações.** A competência ali estabelecida - de conceder exequatur a cartas rogatórias -, diz respeito, exclusivamente, a relações entre os órgãos do Poder Judiciário, não impedindo nem sendo incompatível com as outras formas de cooperação jurídica previstas nas referidas fontes normativas internacionais.

(...)

Consideradas essas circunstâncias, bem como o conteúdo e os limites próprios da competência prevista no art. 105, I, i da Constituição, a cooperação jurídica requerida não dependia de expedição de carta rogatória por autoridade judiciária da Federação da Rússia e, portanto, nem de exequatur ou de outra forma de intermediação do Superior Tribunal de Justiça, cuja competência, conseqüentemente, não foi usurpada. 8. Reclamação improcedente

Nessa decisão, o relator, Ministro Teori Albino Zavascki, entendeu que não há usurpação da competência do STJ nos pedidos de auxílio direito, veja-se:

No caso concreto, conforme exposto no relatório, o que se tem é pedido de cooperação jurídica consistente em compartilhamento de prova, formulado por autoridade estrangeira no exercício de atividade investigatória, dirigido à congênere autoridade brasileira, que obteve a referida prova também no exercício de atividade investigatória extrajudicial. O compartilhamento de prova é uma das mais características medidas de cooperação jurídica internacional, iterativamente prevista nos acordos bilaterais e multilaterais que disciplinam a matéria.

Ou seja, as medidas previstas nos acordos e tratados internacionais descrevem atos que não se enquadram na modalidade de carta rogatória.

A contrário senso, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, cujo voto foi vencido no plenário, discorreu no sentido de que o pleito do requerente (compartilhamento de provas) serve ao desenvolvimento da instrução criminal e que, por isso, está adstrita à atividade jurisdicional, não podendo realizar-se por outros órgãos.

Ademais, conforme voto, a Ministra acredita que

em matéria penal são três as hipóteses possíveis de cooperação internacional:

- I. cooperação para a fase investigatória e para desenvolvimento da instrução penal, alcançando aí as medidas preparatórias para a opinião ministerial e para a busca da verdade real;
- II. cooperação para a extradição de acusado ou de réu definitivamente condenado; e
- III. cooperação para a extensão de efeitos de decisão penal condenatória proferida por outro país, dentro do procedimento denominado de homologação de sentença estrangeira.

Desse modo, a ministra entendeu ser procedente a reclamação, tendo em vista que a despeito de o pedido ter sido formulado pelo Ministério Público da Rússia, isso não tira a competência do Superior Tribunal de Justiça, haja vista que a apreensão dos *hards disks*, decorrente de autorização judicial, excedeu os limites da atividade meramente investigatória. Isto porque, o objeto pretendido encontra-se domiciliado no seio da instrução criminal, adstrito, por essa razão, ao contraditório e aos valores consagrados do processo penal brasileiro.

Destaca-se que a assistência direta não se confunde com as cartas rogatórias, são dois institutos diferentes, cada um com suas particularidades. Assim, não há que se falar em usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça nos pedidos de auxílio direto.

A Reclamação 2645/SP foi julgada improcedente.

Essa decisão abriu precedente no sentido de que

o auxílio direto é pedido administrativo intergovernamental fundado em tratado internacional de cooperação judiciária, no qual o juiz do Estado requerido é provocado por autoridade nacional a proferir decisão em processo de cognição plena.⁷⁹

Não obstante, em 2003, através da Carta Rogatória nº 10920/PT⁸⁰ - Decisão Monocrática, percebe-se que foram dispostas as condições para o

⁷⁹ Voto do Exmo. Sr. Ministro Cesar Asfor Rocha no AgRg na CARTA ROGATÓRIA Nº 3.162 – CH (2008/0057033-2). STJ - AgRg na CR 3162 / CH AGRADO REGIMENTAL NA CARTA ROGATÓRIA 2008/0057033-2. Relator Cesar Asfor Rocha Publicada no DJe de 06/09/2010. Pág.8

⁸⁰ EMENTA: Cuida-se de carta rogatória encaminhada pelo Tribunal de Instrução Criminal e Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto - República Portuguesa - com o objetivo de proceder à inquirição dos representantes legais do Banco do Brasil S/A, São Paulo e da firma Steffen Empreendimentos e Construções Ltda.2. Intimados para oferecerem impugnação, os interessados deixaram transcorrer in albis o prazo, conforme certidão de fl. 38.3. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da carta rogatória e, conseqüentemente, o retorno dos autos para que o Parquet adote as providências cabíveis, com fundamento no Decreto nº 1.320, de 30 de novembro de 1994 - Tratado de Auxílio Mútuo

auxílio direto, sem que o pedido tivesse que passar pela autoridade jurisdicional competente para a concessão do *exequatur* das cartas rogatórias. Frise-se que tal decisão ocorreu antes do advento da Emenda Constitucional nº 45.

Recentemente, o mesmo entendimento foi aplicado na Reclamação Nº 27.594 - DF (2015/0248114-4)⁸¹, relacionada ao pedido do Ministério Público da Suíça para realização de diligências sobre o envolvimento da empreiteira Odebrecht com a Operação Lava Jato.

O Ministro Francisco Falcão decidiu monocraticamente que

as medidas requeridas diretamente pelo Ministério Público estrangeiro (suíço) ao Ministério Público nacional (brasileiro), consistentes na produção de provas testemunhal e documental, consubstanciam medidas clássicas de cooperação jurídica direta, que podem e devem ser solicitadas por esta via, não podendo ser solicitadas por via de carta rogatória, por não envolverem decisões judiciais.

Assim, mais uma vez restou consagrado que o exercício administrativo de procedimentos investigatórios (pautados nos pedidos de cooperação internacional via auxílio), não se submete o juízo de delibação do Superior Tribunal de Justiça, portanto, não há que se falar em usurpação de competência.

Essas decisões refletem a preocupação atual em torno da efetividade da investigação durante a persecução penal. Ademais, de certo modo, elas acabam por incentivar a cooperação jurídica através da assistência mútua entre os membros da comunidade internacional.

em Matéria Penal, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.4. Verifico que o artigo 14 do mencionado diploma legal estabelece que "Os pedidos são expedidos e recebidos diretamente entre as Autoridades Centrais, ou pela via diplomática", donde se pode concluir que o requerimento pode ser efetivado tanto por carta rogatória (diplomática) quanto pelas Procuradorias Gerais dos dois países, dispensando, na última hipótese, a interferência do Poder Judiciário.5. Ante essas circunstâncias, acolhendo o parecer do Parquet, não conheço desta carta rogatória, e determino a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República, para as providências cabíveis.Intime-se.Brasília, 29 de setembro de 2003. STF - CR:10920, Relator: Min. Maurício Corrêa, Publicado no DJe em 10/10/2003.

⁸¹ STJ - Rcl Nº 27.594 - DF (2015/0248114-4). Relator: Ministro Francisco Falcão, Publicada no DJe de 22/04/2016.

▪ **Concessão de *exequatur* a cartas rogatórias de cunho executório**

A Carta Rogatória 438/BE⁸² representou uma mudança de perspectiva no entendimento do Supremo Tribunal Federal que até então, era no sentido de que as cartas rogatórias serviam apenas aos atos processuais atinentes ao processo de conhecimento, não podendo conter a solicitação de medidas de cunho executório, cujo entendimento superado pode ser verificado exemplificativamente através da decisão da Carta Rogatória nº 226⁸³.

Com isso, passou a ser adotado o assentimento de que, visando a cooperação entre as nações, as cartas rogatórias podem conter pedidos de atos executórios fundamentando-se, no caso em apreço, na necessidade de atos executórios para constrição do crime de lavagem de dinheiro, veja-se:

CARTA ROGATÓRIA. DILIGÊNCIAS. BUSCA E APREENSÃO. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DO EXEQUATUR.

1. Carta Rogatória encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores a pedido da Embaixada da Bélgica, com o fim de verificar possível crime de lavagem de dinheiro envolvendo empresário brasileiro descrito nestes autos, por solicitação do juízo de instrução, do Tribunal de Primeira Instância de Bruxelas, Bélgica.

2. É cediço que: A tramitação da Carta Rogatória pela via diplomática confere autenticidade aos documentos.

⁸² STJ, CR nº 438, Relator: Ministro Luiz Fux, Publicada no DJe de 24/09/2007. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=712293&num_registro=200500151960&data=20070924&formato=PDF. Acesso em 24/10/2016.

⁸³ Ementa: CARTA ROGATÓRIA Nº 226 - EX (2005/0008869-6) RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX JUSROGANTE : TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - DISTRITO DE BRUXELAS INTERES. : JOSEPHINO VIEGAS ADVOGADO: JOÃO GALDINO NETO INTERES. : CICCONE CALCOGRAFIA EMENTA CARTA ROGATÓRIA. DILIGÊNCIAS. BUSCA E APREENSÃO. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA QUE OS DECRETE. CONCESSÃO PARCIAL DO EXEQUATUR. ATOS DE INSTRUÇÃO. 1. É cediço no E. S.T.F. que os atos executórios e de constrição dependem da homologação da sentença estrangeira que os encerra, por isso que "o deferimento de execução de carta rogatória, com exclusão de seqüestro -medida executória - e de quebra de sigilo bancário, para obter-se simples informações, não implica ofensa à ordem pública e à soberania nacional" (CR 8622-Agr). 2. Tratando-se de providência judicial que depende, no Brasil, de sentença que a decrete, imperiosa é a conclusão de que tal medida não pode ser executada em nosso País antes de ser homologada, na jurisdição brasileira, a sentença estrangeira que a tenha concedido. A busca e apreensão e a quebra do sigilo bancário dependem, no Brasil, de ordem judicial que as decrete, inexistente no caso, na linha do que ficou decidido na Carta rogatória nº 7.126-4 – República Italiana. Portanto, as diligências acima referidas não poderiam ser executadas sem que antes se procedesse à homologação, pela Justiça Brasileira, de eventual sentença estrangeira que as tivesse determinado. 3. Concessão parcial do exequatur para a realização dos atos de instrução.

3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pautava-se no sentido da impossibilidade de concessão de exequatur para atos executórios e de constrição não-homologados por sentença estrangeira.

4. Com a Emenda Constitucional 45/2004, esta Corte passou a ser competente para a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

5. A Resolução 9/STJ, em 4 de maio de 2005, dispõe, em seu artigo 7º, que "as cartas rogatórias podem ter por objeto atos decisórios ou não decisórios".

6. A Lei 9.613/98 (Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro), em seu art. 8º e parágrafo 1º, assinala a necessidade de **ampla cooperação com as autoridades estrangeiras**, expressamente permite a apreensão ou sequestro de bens, direitos ou valores oriundos de crimes antecedentes de lavagem de dinheiro, cometidos no estrangeiro.

7. Destarte, a Lei Complementar 105/2001, por sua vez, em seu art.

1º, parágrafo 4º, dispõe que as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados, sendo que a quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes: (...) VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; IX – praticado por organização criminosa.

8. Deveras, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Decreto 5.015/2004) também inclui a cooperação judiciária para "efetuar buscas, apreensões e embargos", "fornecer informações, elementos de prova e pareceres de peritos", "fornecer originais ou cópias certificadas de documentos e processos pertinentes, incluindo documentos administrativos, bancários, financeiros ou comerciais e documentos de empresas", "identificar ou localizar os produtos do crime, bens, instrumentos ou outros elementos para fins probatórios", "prestar qualquer outro tipo de assistência compatível com o direito interno do Estado Parte requerido" (art. 18, parágrafo 3, letras a até i). Parágrafo 8 do art. 18 da Convenção ressalta que: "Os Estados Partes não poderão invocar o sigilo bancário para recusar a cooperação judiciária prevista no presente Artigo".

9. In casu, A célula de tratamento das informações financeiras (CETIF) denunciou no dia 16 de Julho 2002 ao Escritório do Procurador Geral em Bruxelas a existência de índices sérios de branqueamento de capitais (...) entre as pessoas envolvidas no presente processo.

10. Princípio da efetividade do Poder Jurisdicional no novo cenário de cooperação internacional no combate ao crime organizado transnacional.

11. Concessão integral do exequatur à carta rogatória.

Essa decisão monocrática do Ministro Luiz Fux foi proferida logo após o advento da Resolução nº 9, a qual previu a modalidade de cooperação internacional via assistência direta, principalmente com relação às diligências concernentes a fase investigatória.

▪ Princípio da reciprocidade

Tal princípio foi invocado na Carta Rogatória n. 571/ES (AgRg) ⁸⁴ e na CR 5238 / EX (AgRg) ⁸⁵ respectivamente a seguir:

CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. ALEGADA AMPLIAÇÃO INDEVIDA DAS DILIGÊNCIAS PREVISTAS NO EXEQUATUR E ATUAÇÃO EXTRA PETITA DESTA CORTE. INOCORRÊNCIA. CRIME PERPETRADO NO EXTERIOR. AUTORIA IMPUTADA A BRASILEIRO. POSSIBILIDADE DE PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL. ART. 7º, INC. II, B, E § 2.º, DO CÓDIGO PENAL. CONVERSÃO DO FEITO EM NOVAS DILIGÊNCIAS. AUSÊNCIA DE NECESSIDADE. FATOS DEVIDAMENTE DESCRITOS NOS DOCUMENTOS JUNTADOS PELA JUSTIÇA ROGANTE. – **O procedimento da carta rogatória é revestido do caráter de mútua cooperação e reciprocidade entre países, a incumbir à Justiça rogada o dever de proceder da melhor forma possível na requisição formulada pelo Juízo rogante. – Em razão de tal princípio, não há atuação extra petita desta Corte ao informar à Justiça rogante a impossibilidade de proceder ao exame solicitado e, na oportunidade, indagar sobre o interesse na remessa de amostra do material.** – Nos termos do art. 7º, inc. II, “b”, e § 2º, do CP, é possível a persecução penal no Brasil contra cidadão brasileiro acusado de prática de crime no estrangeiro, a despeito de já haver processo em curso no país onde ocorreu o delito. – Suficientemente descritos os fatos sobre os quais o interessado será interrogado, não há falar em prejuízo da sua defesa. Agravo regimental a que se nega provimento.

CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. REALIZAÇÃO DE INTERROGATÓRIO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL OU DA ORDEM PÚBLICA. ALEGADA LIMITAÇÃO À REALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, POR INCIDÊNCIA DO ART. 1º, ITEM 6, DO DECRETO N. 1.320/1994. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE. A realização de interrogatório, ato de simples instrução processual, é meio hábil ao exercício do direito de defesa e não viola a soberania nacional ou a ordem pública. **Ademais, a realização de cooperação jurídica internacional não se limita às previsões de acordos específicos, mas funda-se, também, na garantia de aplicação do princípio da reciprocidade** (nesse sentido: AgRg nos Edcl na Carta Rogatória n. 2.260/MX, rel. Min. Barros Monteiro). Agravo regimental improvido.

Percebe-se em ambas as decisões que o princípio da reciprocidade, consagrado constitucionalmente, serve de amparo no gerenciamento das

⁸⁴ STJ - AgRg na CR: 571 EX 2005/0020548-2, Relator: Ministro Barros Monteiro, Data de Publicado no DJe em 06/08/2007.

⁸⁵ STJ - AgRg na CR 5.238/EX, Rel. Ministro Ari Pargendler , Publicado no DJe em 06/06/2012.

relações internacionais na ausência de tratado ou acordo específico sobre o tema.

Desse modo, a falta de legislação não é uma barreira à cooperação internacional, os estados devem agir reciprocamente.

Portanto, pode-se inferir que o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça vem se alterando de acordo com as novas necessidades no campo da cooperação. Se antigamente, não era possível a mínima troca de informações entre as nações excetuadas aquelas que transitavam via carta rogatória, hoje, ou melhor, desde a Emenda Constitucional 45/2004, as decisões têm levado em conta os meios de efetivação da cooperação.

A concepção dos tribunais superiores ainda não reflete o ideal imaginado pelos autores mais otimistas, mas pode-se concluir que estamos avançando com o passar do tempo.

O que não se pode conceber é que o sistema permaneça engessado, que ainda pense com a cabeça do século passado. É imprescindível abrir os olhos para a dinamicidade das relações contemporâneas e perceber a importância da cooperação internacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A falta de cooperação é um protesto contra a falta de consciência e participação involuntária no mal.”

Mahatma Gandhi

Em face de toda a pesquisa realizada para a elaboração do presente trabalho, o ponto consensual na doutrina é de que não é mais possível viver sem a cooperação jurídica internacional em matéria penal.

A intensificação das relações internacionais e o (infeliz) aumento da criminalidade a nível global fez aumentar o sentimento de insegurança da comunidade internacional.

Neste diapasão, a cooperação surge como o principal instrumento para frear a atividade criminosa que não se atém exclusivamente ao âmbito interno dos países.

A ausência de uma vasta legislação interna a respeito do tema acaba, por vezes, acaba dificultando a implementação da coadjuvação em matéria penal. Sorte que essa ausência é suprida pelos tratados e acordos internacionais (incorporados ao ordenamento brasileiro) ao disporem amplamente sobre assuntos que importam a toda a comunidade internacional.

Em razão disso, há princípios que norteiam as conexões entre os Estados, os quais se constituem como normas de observância obrigatória. Aqui, cumpre ressaltar a posição de destaque enfrentada pela concepção moderna de direitos humanos, cuja possível afronta poderá constituir-se como negativa ao pedido de cooperação.

Como visto, a cooperação é um instrumento há muito utilizado pelas nações. Entretanto as medidas clássicas, em especial a carta rogatória, encontram-se mitigadas na atualidade em virtude da alta burocratização de seus procedimentos o que ocasiona morosidade na resposta almejada pelo país requerente.

A longa via diplomática aos quais os pedidos de cooperação jurídica são submetidos é algo obsoleto. O que tem se observado em diversos países é pulverização da competência para executar os pedidos de cooperação, inclusive, em órgãos do poder executivo.

Foi nesse contexto que surgiu o auxílio direto, cujas características mais se aproximam na dinamicidade das relações contemporâneas. Sua eficácia deve-se, preponderantemente, na realização de atos através de órgãos além do poder judiciário. Com isso, os pedidos são solucionados infinitamente mais rápidos, cumprindo, de fato, o dever de cooperar.

Levando-se em conta o aumento exponencial dos pedidos de cooperação, a assistência direta é o modo de cooperação que melhor define e representa os obstáculos enfrentados pelos Estados.

Deve-se buscar a máxima efetividade desse instituto, seja através da elaboração de tratados de cooperação mútua, seja pela invocação do princípio da reciprocidade. Os desafios são muitos, mas para que se obtenham resultados proveitosos, os países precisam fomentar o desenvolvimento do auxílio direto, adaptando-o e criando novas técnicas de cooperação de acordo com as especificidades do caso concreto.

Quanto às decisões dos tribunais superiores brasileiros a respeito da cooperação internacional, verificou-se que desde a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, o entendimento vem sendo alterado no sentido de que o auxílio direto não significa usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça em relação ao *exequatur* das cartas rogatórias. Até porque, muitas vezes, esses pedidos sequer envolver o poder jurisdicional. Embora os primeiros passos tenham sido dados, há um longo caminho a ser trilhado.

Os procedimentos de investigação criminal transnacional, em face do seu caráter de urgência, necessitam de um aparato rápido para troca de informações entre as autoridades de cada país, uma vez que o cometimento de ilícitos ocorre em questão de minutos.

Nos casos em que o auxílio direto requer o cumprimento de atos concernentes ao poder judiciário, verifica-se que o impulso para prática de atos executórios é muito mais eficaz e célere na medida em que o juízo competente do país requerido analisa mérito do pedido (cognição ampla) e tão prontamente toma as medidas cabíveis.

Desse modo, o auxílio direto está no caminho de se tornar um dos mecanismos mais relevantes dentro da cooperação internacional em matéria penal em virtude de sua eficiência e celeridade, sobretudo no plano da investigação criminal.

Os países devem criar sistemas estáveis e rápidos para o intercâmbio de informações relacionadas às atividades criminosas, as quais se aperfeiçoam a cada momento.

REFERÊNCIAS

ABADE, Denise Neves. **Análise da Coexistência entre Carta Rogatória e Auxílio Direto na Assistência Jurídica Internacional**. In Brasil. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. Temas de cooperação internacional / Secretaria de Cooperação Internacional – Brasília: MPF, 2015.

ARAÚJO, Nadia de. **A importância da Cooperação Jurídica Internacional para a Atuação do Estado Brasileiro no Plano Interno e Internacional**. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos. 2. ed. Brasília: 2009.

_____. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. **Importância da Cooperação Jurídica Internacional e seu Desenvolvimento** *In: Cooperação Jurídica Internacional no Superior Tribunal de Justiça – Comentários à Resolução nº 9/2005*; Coordenação de Nadia de Araújo. Rio de Janeiro, Renovar, 2010.

ANSELMO, Márcio Adriano. **Cooperação internacional em matéria penal no âmbito do Mercosul – Anatomia do Protocolo de San Luis**. *In: BALTAZAR JR, José Paulo. Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, [2010].

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996. Pág. 67.

BALTAZAR JR, José Paulo. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal** *In: Carta Forense*. 02/09/2011. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal/7575>>. Acesso em 10/11/2016.

BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal. Eficácia da prova produzida no exterior**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**.

_____. **Decreto - Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**.

_____. **Decreto - Lei nº 4.657 de 4 de setembro de 1942**.

_____. **Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004**

_____. **Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006**.

_____. **Decreto nº 3.810, de 02 de maio de 2001.**

_____. **Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009**

_____. **Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016**

_____. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015**

_____. **Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980**

_____. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). **Cartilha cooperação jurídica internacional em matéria penal / Secretaria Nacional de Justiça**; elaboração e organização: Ricardo Andrade Saadi, Camila Colares Bezerra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), 2012. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/CartilhaExpedCRPenal.pdf>>. Acesso em 11/10/2016.

DIPP, Gilson Langaro. **Carta Rogatória e Cooperação Internacional**. in Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 38, jul./set. 2007.

FRANZINI, Rafael. **Cooperação Jurídica Internacional e Estado de Direito: uma agenda para a PGR e o UNODC** in Brasil. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. Temas de cooperação internacional / Secretaria de Cooperação Internacional . – Brasília : MPF, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O processo em Evolução. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1996.

LOULA, Maria Rosa, **Auxílio Direto - Novo Instrumento Brasileiro de Cooperação Jurídica Internacional**, Belo Horizonte, Editora Forum, 2010.

MATIAS, Eduardo Felipe. **A humanidade e suas fronteiras – do Estado soberano à sociedade global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 206.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos humanos e cidadania: uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988 (Estudo em homenagem ao Prof. Dr. José Afonso da Silva).Pág. 4. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_publicacao_divulgacao/doc_gra_doutrina_civel/civel%2033.pdf. Acesso em 09/10/2016.

MENEZES, Wagner. O direito internacional e a teoria da transnormatividade. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antonio Celso Alves; TRINDADE, Antonio Augusto Cançado (Organizadores). **Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 990.

MILLER, Marcello Paranhos de Oliveira. **O auxílio direto em matéria penal: a moldura jurídica de uma nova vertente da cooperação internacional**. Dissertação de Mestrado em Direito Internacional e Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Professora Carmen Tiburcio. Rio de Janeiro: UERJ, 2008, p. 21.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado das Ações, Tomo III — Ações Constitutivas**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1972.

MORO, Sergio Fernando. **Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais**. In: BALTAZAR JR, José Paulo. **Cooperação jurídica internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, [2010].

_____. **Crime de lavagem de dinheiro**. [São Paulo]: Saraiva, 2010.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 10. ed ver. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 1989.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. **Cooperação Jurídica Internacional e Auxílio Direto**. In: Revista CEJ. Brasília, n. 32. jan. a mar., 2006.

STESSENS, Guy. **Money Laundering: A new international Law Enforcement Model**. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

STF - CR: 10920, Relator: Min. Maurício Corrêa, Publicado no DJe em 10/10/2003.

STF - HC nº 85588, Relator: Min. Marco Aurélio, Publicado no DJe em 15/12/2006.

STJ - AgRg na CR: 571 EX 2005/0020548-2, Relator: Ministro Barros Monteiro, Data de Publicado no DJe em 06/08/2007.

STJ - AgRg na CR 3162 / CH AGRAVO REGIMENTAL NA CARTA ROGATÓRIA 2008/0057033-2. Relator Cesar Asfor Rocha Publicada no DJe de 06/09/2010. Pág.8

STJ - AgRg na CR 5.238/EX, Rel. Ministro Ari Pargendler , Publicado no DJe em 06/06/2012.

STJ, CR nº 438, Relator: Ministro Luiz Fux, Publicada no DJe de 24/09/2007.

STJ - HC 147.375/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, Publicado no DJe em 19/12/2011.

STJ - Rcl: 2645 SP 2007/0254916-5, Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicado no DJe 16/12/2009.

STJ – Rcl: Nº 27.594 - DF (2015/0248114-4). Relator: Ministro Francisco Falcão, Publicada no DJe de 22/04/2016.

TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. **Tribunal Penal Internacional & a Emenda Constitucional 45/04 (Sistema Normativo Brasileiro)**. Curitiba: Juruá. 2008. Pág. 35.

TOFFOLI, José Antônio Dias; CESTARI, Virgínia Charpinel Junger. **“Mecanismos de Cooperação Jurídica Internacional no Brasil”**, em MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. In: BRASIL. **Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos. Cooperação em Matéria Penal**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2008.